

MAPEAMENTO SOBRE A POLÍTICA INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA - PIEC

Raquel Aparecida Souza ¹

RESUMO

O Programa de Inovação Educação Conectada é um programa do governo federal brasileiro que busca apoiar a universalização do acesso à internet e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Criado em formato de programa em 2017, torna-se uma política em 2021 por meio da Lei nº 14.180, em consonância com estratégias da meta 7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O objetivo deste trabalho é socializar os resultados do levantamento bibliográfico sobre as produções acadêmicas sobre esse programa de modo a identificar o que tem sido pesquisado sobre ele. Assim desenvolvemos uma revisão sistemática de literatura do tipo mapeamento e como caminho metodológico utilizamos a análise de conteúdo numa abordagem de pesquisa quanti e qualitativa. O levantamento pautou-se na busca trabalhos científicos nacionais, com recorte temporal entre 2017 a 2021, por meio da plataforma Google Acadêmico, a partir de dois descritores: "Programa Inovação Educação Conectada" e "Inovação Educação Conectada". Foi encontrado 374 produções gerais relacionadas à temática. Em função dos critérios de inclusão e exclusão adotados, foram selecionados apenas 10 artigos que foram analisados a partir de dois eixos. De modo geral, concluímos que, embora ainda seja incipiente o número de publicações acadêmicas sobre o programa e a política de Inovação Educação Conectada, existe uma importante representatividade frente ao total de publicações em relação à temática.

Palavras-chave: Política de Inovação Educação Conectada, Educação e Tecnologias, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A integração de tecnologias digitais na educação tem se revelado uma ferramenta poderosa para impulsionar o desenvolvimento educacional e aprimorar o acesso à informação em todo o mundo. No contexto brasileiro, uma iniciativa significativa nessa direção é o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC).

O Programa criado em 2017 e consolidado como Política por meio da Lei nº 14.180 em 2021, tem como principal objetivo apoiar a universalização do acesso à internet e promover o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Alinhando-se com as estratégias da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a PIEC emerge como uma resposta às crescentes demandas por uma educação mais conectada e adaptada à era digital.

Utilizando uma abordagem de pesquisa quantitativa e qualitativa, aplicamos a análise de conteúdo para examinar uma seleção de artigos publicados no período de 2017 a 2021. Os descritores para a busca foram: "Política de Inovação Educação Conectada," "Educação e

¹ Doutora em Educação pela UnB – eraquelas@gmail.com

Tecnologias," e "Políticas Educacionais", palavras que serviram como guias para a busca de artigos no Google Acadêmico.

O trabalho foi organizado de modo a apresentar o Referencial Teórico, a metodologia utilizada na pesquisa e mapeamento das produções acadêmicas, os resultados da análise dos artigos selecionados e uma discussão sobre as implicações e perspectivas futuras em relação ao PIEC.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa de Inovação Educação Conectada criado em 2017, no governo de Michel Temer por meio do Decreto nº 9.2014, transforma-se na Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) uma política pública no governo de Jair Bolsonaro em 2021, em pleno contexto de Pandemia da Covid-19, momento em que, setores da educação buscou a utilização de tecnologias digitais, como uma das alternativas para auxiliar a oferta de aulas não presenciais, considerando a proibição de aulas presenciais.

Desde sua criação como Programa ele tem como órgão gestor o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e possui **parcerias** com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Lemann e a Fundação Itaú Cultural, além de contar com a participação do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), que fornece assessoria técnica ao Programa, entre outros. Para a implantação do Programa foi previsto três fases:

(1) indução (2017 a 2018) para construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica; (2) expansão (2019 a 2021) com a ampliação da meta para 85% dos alunos da educação básica e início da avaliação dos resultados; e (3) sustentabilidade (2022 a 2024) com o alcance de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada (SITE **EDUCAÇÃO CONECTADA, MEC**).

De acordo com dados publicizados pelo site Educação Conectada do MEC, esse Programa possui quatro dimensões alocadas entre a visão, a formação, os recursos educacionais digitais e a infraestrutura em busca de fomentar a preparação das escolas e dos profissionais da educação para implementarem as tecnologias digitais: 1) Visão “orienta o programa e estimula os entes a planejarem **a inovação e a tecnologia** como elementos transformadores da educação”; 2) Formação: “garante que os **profissionais estejam preparados** para implementar o programa, incorporar e usar componentes tecnológicos educacionais na sala de aula”; 3) Recursos

Educacionais Digitais: “reúne recursos educacionais de qualidade para uso em sala de aula e cria um banco de tecnologias e de avaliadores em tecnologias” e a dimensão 4)Infraestrutura: “investe na ampliação do acesso à conectividade e na aquisição de infraestrutura interna das escolas públicas para melhorar a qualidade do ensino” (SITE EDUCAÇÃO CONECTADA, MEC).

Tanto o Programa de acordo com o Decreto nº 9.2014/2017, como a Política por meio da Lei nº 14.180/202, apresentam o mesmo objetivo de “apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica”. Por vez, essa ação busca articulações com as demandas propostas pelo PNE (2014-2014) em relação a meta 7 e as estratégias 7.15 e 7.20:

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet (BRASIL, PNE, 2014).

Por vez, conforme destaca o parágrafo único do art.2º da Lei PIEC, há a possibilidade que ela seja desenvolvida em articulação com outros programas de apoio à inserção de tecnologias do governo federal e também em parceria com instituições públicas e privadas para assegurar a inserção de tecnologias nas escolas públicas.

Sendo a PIEC uma política pública voltada para ações diretas ao contexto das escolas públicas do país, ela representa o “Estado em ação”, que como pontua Höfling (2001, p.2) “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. No entanto, a PIEC ao traduzir-se como uma política que assume feições próprias do Estado capitalista atual, ou seja, o Estado neoliberal, não representa ações que são implementadas de forma automática, pois elas têm “movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados”. (HÖFLING, 2001, p.6)

No modelo de Estado neoliberal, as propostas de inserção de tecnologias digitais precisam ser discutidas e pensadas pelos sujeitos que fazem a educação, de modo que, não seja mais uma estratégia que interesse apenas à lógica mercantilista, como destaca Maues (2021, p. 209): “Para atingir esses objetivos, o mercado e o Estado firmam parcerias que funcionam como redes que impulsionam o estabelecimento de políticas e o desenvolvimento de ações que atendam à lógica mercantilista”.

Peixoto e Echalar (2017) destacam que muitas políticas educacionais denotam propostas de uma agenda mundial em que considera que os investimentos e apoio à inserção de tecnologias na educação serão capazes de resolver problemas sobre **qualidade, acesso e permanência nas escolas**, quando o maior interesse tem sido o de usar a educação como meio de “legitimação das notórias formas de estratificação e de divisão social. Isso tem justificado o controle exercido pelo Estado nos programas escolas e na formação de professores” (PEIXOTO, ECHALAR, 2017, p.522).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento e análise dos dados coletados pautaram na perspectiva da análise de conteúdo segundo Bardin (2016). Tendo em vista conhecer as produções relacionadas a PIEC, utilizamos como filtros para a pesquisa no Google Acadêmico, apenas produções em português, no período entre 2017 a 2021, sendo a busca feita a partir de dois descritores: "Programa Inovação Educação Conectada" e "Inovação Educação Conectada".

Em relação ao primeiro tema/descriptor "Programa Inovação Educação Conectada" foi encontrado 38 resultados e em relação ao segundo "Inovação Educação Conectada", foi encontrado 336 resultados, conforme vemos na Tabela 1, em que apresentamos uma síntese dos resultados selecionados e mapeados:

Tabela 1 - Levantamento: produções relacionadas ao PIEC (2017-2021)

	<i>Termo de busca</i>	<i>Resultados</i>	<i>Selecionados</i>
Google Acadêmico	"Programa Inovação Educação Conectada"	38	3
	"Inovação Educação Conectada"	336	7
	<i>Total</i>	<i>374</i>	<i>10</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Nessa primeira busca, considerando os dois temas/descriptores da busca, encontramos um número expressivo de 374 produções, mas eram produções em formato de artigos, resumos, textos de anais de evento, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. No entanto, embora as palavras constituintes desses temas tenham aparecido nas publicações, constatamos que não tinham a PIEC como objeto central de estudo, e outras não eram discussões do campo da educação e das políticas educacionais, assim criamos alguns critérios de inclusão e exclusão e foi possível chegar a um número de 10 artigos para as análises.

Realizamos a leitura dos títulos, dos resumos, das palavras-chaves e por meio da busca rápida, usando o comando “CTRL+F” nas produções, buscamos identificar palavras

constituintes do tema como: “programa inovação” e “educação conectada”, e assim foi possível fazer um reagrupamento estabelecendo alguns critérios.

Como critérios de inclusão usamos os seguintes elementos: 1) Artigos de revistas/periódicos; 2) Artigos da área de Educação, Ciência Humanas ou Educação e Tecnologia; 3) Artigos que indicavam nos seus títulos, resumos ou palavras-chave os termos: "Programa Inovação Educação Conectada" ou "Inovação Educação Conectada", ou "Educação Conectada", ou “Políticas e Educação”. 4) Artigos que apresentaram, no corpo do texto, os termos: "Programa Inovação Educação Conectada" ou "Inovação Educação Conectada", ou "Educação Conectada" ou “Políticas e Educação

Como critérios de exclusão como: 1) Produções que não eram artigos; 2) Artigos que não eram da área de Educação, Ciência Humanas ou Educação e Tecnologia; 3) Artigos cujos títulos, resumos ou palavras-chave não apareciam os termos: "Programa Inovação Educação Conectada" ou "Inovação Educação Conectada", ou "Educação Conectada" ou “Políticas e Educação”; 4) Artigos que não apresentaram, no corpo do texto, os termos: "Programa Inovação Educação Conectada" ou "Inovação Educação Conectada", ou "Educação Conectada" ou “Políticas e Educação”.

Assim, nesse movimento foi possível selecionar 10 artigos que possuíam relação mais direta com a temática e que atenderam aos critérios. Para a constituição do corpus de dados da pesquisa, após o primeiro contato com as produções, buscamos obedecer, dentre outras, as regras de representatividade (a amostra deve representar o universo) e de pertinência (os materiais precisam adaptar-se ao conteúdo, quadro teórico e objetivo da pesquisa) (BARDIN, 2016).

A partir desses passamos para as etapas de codificação (reorganizando e fazendo recortes das unidades de registro e de contexto) e de categorização (operação de classificação de elementos constitutivos, por diferenciação e reagrupamento, com critérios definidos) das produções. (BARDIN, 2016). Iniciamos a leitura completa dos 10 artigos selecionados, buscando identificar o que eles apontavam sobre o Programa e a Política de Inovação Educação Conectada de modo a encontrarmos elementos para a codificação. Nessa etapa de exploração dos artigos selecionados, realizamos o recorte das unidades de registro e sinalizamos as unidades de contexto. As unidades de registros se basearam em palavras ou conjunto de palavras-temas, que foram destacadas a partir da frequência com que apareciam e as unidades de contextos foram marcadas pelos parágrafos, frases ou trechos em que essas palavras eram destacadas, sendo a enumeração (o seja, o modo de contagem dessas palavras) realizada de acordo com a presença significativa das palavras nos artigos

Desse movimento foi possível organizar em 6 subcategorias agrupando as unidades de registro por meio da frequência de aparecimento nos artigos. De acordo com Bardin (2016, p. 74) as categorias “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso de análise de conteúdo) sob título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns detes elementos”. Assim, as subcategorias definidas reuniram as palavras que se relacionavam com: 1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação; 2-Inclusão digital; 3-Formação docente; 4- Inovação, qualidade e educação; 5- Universalização do acesso a internet; 6- Parcerias público privado, conforme visualizamos pela disposição dos resultados no Quadro 1.

Quadro 1- categorização dos temas e subcategorias

Temas - descritores de Busca	Título	Ano pub.	Subcategorias	Freq.
"Programa Inovação Educação Conectada"	1-Estudos comparado das políticas públicas educacionais de inclusão digital: Brasil e Uruguai	2019	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	3
			2-Inclusão digital	38
			3- Formação de/docente/gestores	1
			4- Inovação/qualidade/educação	6
			5- Universalização do acesso a internet	1
			6- Parcerias público privado	-
	2-Inclusão digital e as políticas públicas: qual o papel da escola e do professor?	2020	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	7
			2-Inclusão digital	13
			3- Formação de/docente/gestores	2
			4- Inovação/qualidade/educação	8
			5- Universalização do acesso a internet	1
			6- Parcerias público privado	-
	3-Inclusão digital: uma via para a responsabilização individual.	2020	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	13
			2-Inclusão digital	31
			3- Formação de/docente/gestores	-
			4- Inovação/qualidade/educação	8
			5- Universalização do acesso a internet	9
			6- Parcerias público privado	-
4-O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação	2019	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	20	
		2-Inclusão digital	1	
		3- Formação de/docente/gestores	4	
		4- Inovação, qualidade e educação	12	
		5- Universalização do acesso a internet	2	
		6- Parcerias público privado	1	
	5-Fundação Lemann e o ProIEC: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais	2020	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	2
			2-Inclusão digital	-
			3-Formação de/docente/gestores	6
			4- Inovação/qualidade/educação	19
			5- Universalização do acesso a internet	1
			6- Parcerias público privado	4

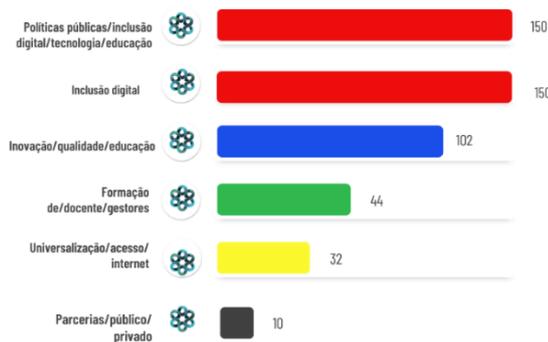
"Inovação Educação Conectada"	6-Políticas Públicas para as Tecnologias na Educação e a Educação em Computação	2020	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	13
			2-Inclusão digital	4
			3-Formação de/docente/gestores	8
			4- Inovação/qualidade/educação	4
			5- Universalização do acesso a internet	1
			6- Parcerias público privado	2
	7-Programa educação conectada: o uso de tecnologia para o cumprimento das metas de educação básica no plano nacional de educação	2020	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	18
			2-Inclusão digital	1
			3-Formação de/docente/gestores	3
			4- Inovação/qualidade/educação	10
			5- Universalização do acesso a internet	7
			6- Parcerias público privado	-
	8-Políticas públicas de integração tecnológica e aperfeiçoamento docente em Goiás.	2021	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	16
			2-Inclusão digital	3
			3-Formação de/docente/gestores	10
			4- Inovação/qualidade/educação	12
			5- Universalização do acesso a internet	2
			6- Parcerias público privado	-
	9-Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro	2021	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	37
			2-Inclusão digital	39
			3-Formação de/docente/gestores	4
			4- Inovação/qualidade/educação	10
			5- Universalização do acesso a internet	5
			6- Parcerias público privado	3
10-Percepções sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica durante a pandemia da covid-19: uma análise bibliográfica	2021	1-Políticas públicas/inclusão digital/tecnologia/educação	21	
		2-Inclusão digital	31	
		3-Formação de/docente/gestores	2	
		4- Inovação/qualidade/educação	13	
		5- Universalização do acesso a internet	3	
		6- Parcerias público privado	-	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação ao descritor "Programa Inovação Educação Conectada" selecionamos três artigos, sendo um do ano de 2019 e dois do ano de 2020 e em relação ao descritor "Inovação Educação Conectada" selecionamos sete artigos, sendo um de 2019, três de 2020 e três de 2021.

Pelo Quadro 1 também é possível evidenciar a frequência com que encontramos as subcategorias em cada um dos textos selecionados, conforme coluna "freq.". Em relação à frequência geral com que essas subcategorias apareceram, considerando o total dos 10 artigos, é possível visualizarmos pelo Gráfico 1, as que são relacionadas à subcategoria: "1-Políticas públicas, de inclusão digital, de tecnologia e educação", as quais aparecerem pelo menos 150 vezes, sendo a mesma frequência de presença em relação às palavras relacionadas a "2- Inclusão digital".

Gráfico 1 – Subcategorias reagrupadas pelas unidades de registros



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação à subcategoria “3-Inovação, qualidade e educação” encontramos uma frequência de 102 vezes e em relação a “4-Formação de professores, docente ou gestores”, encontramos nos textos uma frequência de 44 palavras. Já em relação a “5-Universalização do acesso à internet” verificamos um número de 32 vezes e com relação ao eixo de palavras relacionadas à “6-Parceria público privado” encontramos uma relação de 10 aparecimentos em todos os textos analisados.

Organizado o material mapeado, passamos para etapa de tratamento dos resultados e interpretação a partir da inferência, baseando-se no objetivo que buscou identificar o que tem sido produzido sobre a Política (PIEC) no período de 2017 a 2021. Para tanto, as subcategorias elencadas, recortadas a partir das unidades de contextos, foram objetos de análise. Buscamos entendê-las a partir das duas categorias estabelecidas a priori na problematização da pesquisa, que também podem ser chamadas de eixos de análise, a saber: “políticas de inclusão de tecnologias” e “uso pedagógico de tecnologias digitais”.

De modo geral, evidenciamos que os artigos fazem um retrospecto em relação às políticas e ações voltadas para a inserção de tecnologia na educação no Brasil, considerando períodos históricos. Sete deles apresentam uma abordagem de estudos mais críticos no campo das políticas educacionais, e três deles apresentam uma abordagem mais descritiva e não crítica, sugerindo a ideia de que a necessidade de inserção de tecnologias na educação é importante para as escolas acabarem com o analfabetismo digital, como elemento que pode transformar e inovar a escola e levar à uma melhor qualidade da educação, apontando para compreensões de tecnologia com caráter determinista e instrumental.

Em relação ao eixo “Políticas de inclusão de tecnologias”, os artigos mapeados apontam discussões mais gerais sobre os programas e ações relacionadas à implementação de tecnologias na educação de modo mais geral, fazendo uma síntese histórica desde os anos de 1970,

destacando políticas para essa área e chegando ao Programa em 2017. A maioria dos artigos, ao situar o Programa, apresentam suas características, objetivos e forma de implementação, não destacando maiores detalhes sobre seu desenvolvimento. Focalizam a proposta de universalização do acesso à *internet*, destacando as preocupações sobre o estabelecimento das parcerias necessárias para garantir o alcance do objetivo geral do Programa.

Dois estudos apontaram para a discussão sobre a não evolução do tema relacionado à inserção de tecnologias na educação no Brasil, destacando que há um atraso nas políticas de inclusão digital, pois elas são afetadas a cada mudança de governo na administração pública, ora não dando continuidade e aperfeiçoando essas políticas, ora porque simplesmente são mudadas e criadas outras políticas, tendo em vista atender os anseios do projeto capitalista vigente .

Em relação ao eixo de análise “Uso pedagógico de tecnologias”, alguns dos estudos apontam uma relação direta que se confunde com as próprias políticas e ações de governo para a inserção de tecnologias na educação, mostrando assim, que o termo acompanha o movimento de proposição da política.

Outros artigos apontam para os objetivos, ações e princípios do Decreto do Programa, e destacam que o governo brasileiro preocupado em atender um público que está excluído digitalmente, propõe o Programa para investir no apoio de disponibilizar *internet* para as escolas públicas de educação básica, e proporcionar a oferta de cursos de formação para professores e gestores, bem como, disponibilizar recursos e materiais para acesso dos professores e alunos.

No entanto, há alguns artigos que destacam que a PIEC ainda não avançou em termos práticos e que ainda há mais discursos nos textos e documentos legais. Heinsfeld e Pischetola (2019) lembram que embora haja uma preocupação com a prática pedagógica de tecnologias digitais, o Programa reforça o interesse de resolver o problema de acesso de internet em contraposição à uma preocupação com a problematização entre tecnologia e sociedade o que “representa uma continuidade histórica das políticas públicas na crença de que o acesso, por si só, é capaz de garantir a inclusão, além de reforçar a perspectiva de determinismo tecnológico” (HEINSFELF, PISCHETOLA, 2019, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o mapeamento apresenta importantes contribuições para a pesquisa, uma vez que, considerando os filtros e os critérios de inclusão e exclusão para seleção das produções, mostra que, embora seja uma temática atual e necessária para as discussões no

campo da educação e das políticas de inclusão de tecnologia, não há muitos estudos disponibilizados no formato de artigos científicos.

Dos 10 artigos selecionados para nossa pesquisa, apenas cinco deles tiveram a PIEC como tema central das discussões, sendo que apenas um dos artigos menciona a Lei n.14.180/2021 que transforma o Programa em Política. Os outros cinco artigos sinalizaram temas gerais sobre outras políticas e programas de inclusão de tecnologia na educação e citaram o Programa, mas em geral tiveram outros temas como objetos de investigação.

O mapeamento fornece *insights* importantes sobre o estado de conhecimento atual de pesquisas acadêmicas relacionadas a PIEC, assim como destaca áreas de interesse e direções para futuras investigações. Além disso, esperamos que este estudo contribua para a compreensão sobre os desafios e as oportunidades que a Política de Inovação em Educação Conectada oferece para a melhoria da educação básica no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 3ª Reimpressão. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 01 jul. 2022.

BRASIL. **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**. Governo Digital. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-politicas-digitais/estrategia-brasileira-para-a-transformacao-digital-e-digital#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Brasileira%20para%20a,a%20digitaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20processos%20produtivos>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.180, de 1º de Julho de 2021**. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.180-de-1-de-julho-de-2021-329472130>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.204**, de 23 de novembro de 2017, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm. Acesso em 06 mar. 2022.

BRASIL. **Diretrizes**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_criterios_programa_inovacao_educacao_conectada.pdf. Acesso em 08 jun. 2022.

- BRASIL. **Site Educação Conectada**, 2017. Site MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48071&Itemid=866. Acesso em: 27 abr. 2022.
- BRITO, S. H. A. de; MARINS, G. A. M. de B. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e77558, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63XFCVvH5Sxk7QLv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>
- CARVALHO, T. C. D. C. V.; DAVID, P. B.; VASCONCELOS, F. H. L. Percepções sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica durante a pandemia da covid-10: uma análise bibliográfica. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, [S.l.], v. 15, p. e021025, sep. 2021. Disponível em: <<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2097>>. doi:<https://doi.org/10.21439/conexoes.v15i0.2097>. Acesso em 02 jun. 2022.
- CRUZ, J. R. ; LIMA, D. da C. B. P. **Trajetória da educação a distância no Brasil**: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**, v. 13, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64564>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- FRANCO, A. H. C. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 61–83, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245274.61-83. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109817> . Acesso em: 19 jul. 2022.
- HEINSFELD, B. D.; PISCHETOLA, M. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e205167, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XPSDrBf4TFCSNzfxW9jMWww/>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- HÖFLING, Eloisa Maria. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes. Ano XXI, nº 55, novembro/2001, 30-41.
- LOUREIRO, C. B., BIRNFELDT, C., & HECK, J. X. (2020). Inclusão digital: uma via para a responsabilização individual. *Momento - Diálogos Em Educação*, 29(1), 122–137. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.923> . Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9235/7611> Acesso em: 18 jul. 2022.
- MAUES, O. C. A Agenda Global da Educação no contexto da Covid-19. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 187-216, maio/ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723822492021187> Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20679/13148> Acesso em 06 nov. 2021.
- MELO NETO J., A.; OLIVEIRA, S. B. de. Programa de inovação educação conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas no Amazonas. *Rev. Bras. Educ.*, n. 27, p. 1-25, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270084> . Acesso em 10 dez. 2022.



PEIXOTO, J.; ECHALAR, A. D. L. F. Tensões que marcam a inclusão digital por meio da educação no contexto de políticas neoliberais. **Educativa**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 507-526, set./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/6836/3809> . Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, R. E.; CASAGRANDE, M. A. Programa Educação Conectada: o uso de tecnologia para o cumprimento das metas de Educação Básica no Plano Nacional de Educação. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 15, n. 43, 2020. DOI: 10.47385/cadunifoa.v15.n43.3332. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/3332>. Acesso em: 18 jul. 2022.

OLIVEIRA, M, B. M, BORGES, E. V., LIMA, T. de. Inclusão Digital e as Políticas Públicas; Qual o Papel da Escola e do Professor? **Interletras**, nº 1807-1597. V. 9, Edição número 32, Outubro - 2020/março – 2021. Disponível em; <https://web.archive.org/web/20201027220654id> /<https://www.unigran.br/dourados/interletras/conteudo/artigos/10.pdf?v=1>. Acesso em ago. 2022.